

SOBRE A OBRA

Esta obra é o resultado de um afloramento da Tese de Doutorado da sua autora.

A referida Tese de Doutorado em Ciências Jurídico-Privatísticas pela Universidade do Minho obteve a classificação de “Muito bom” e visa contribuir, ativamente, para uma solução prática de maior segurança e credibilidade do sistema judiciário, ganhando o prémio de Melhor Tese de Doutorado da Escola de Direito da Universidade do Minho do ano de 2022.

ÍNDICE

SOBRE A OBRA	5
NOTA DA AUTORA	11
PREFÁCIO <i>Maria Clara Calheiros</i>	13
PREFÁCIO <i>Fernando de Gravato Morais</i>	15
PREFÁCIO <i>Anabela Susana de Sousa Gonçalves</i>	17
SIGLAS E ABREVIATURAS	19
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 0 – O DIGITAL: A WEB 3.0, 5.0 E A BLOCKCHAIN (BREVE INTRODUÇÃO)	31
CAPÍTULO I – DA PROVA	35
§ Nota Introdutória ao Capítulo I	35
1. Breve origem histórica da prova	35
2. A função da prova	38

3.	A importância da prova no âmbito do processo	40
4.	Classificação metodológica da prova	47
4.1.	Prova pré-constituída	49
4.2.	Prova constituenda	50
4.3.	Prova pessoal	51
4.4.	Prova real	51
4.5.	Prova direta	52
4.6.	Prova indireta	53
4.7.	Prova representativa	54
4.8.	Prova indiciária	54
5.	O ónus da prova	55
5.1.	Regra geral	56
5.2.	Exceções	57
5.3.	A distribuição do ónus da prova	59
CAPÍTULO II – DOS MEIOS DE PROVA		61
§	Nota introdutória ao Capítulo II	61
1.	Dos meios de prova	61
1.1.	Prova por confissão e por declarações de parte	70
1.1.1.	A confissão	71
1.1.2.	Dos depoimentos de parte	74
1.1.3.	Das declarações de parte	78
1.2.	Prova documental	78
1.3.	Prova pericial	83
1.4.	Prova testemunhal	84
1.5.	Prova por inspeção	86
2.	Da livre apreciação da prova pelo tribunal e do dever de fundamentação: um ponto de partida	87
3.	Da impugnação da prova	89
CAPÍTULO III – DA PROVA DIGITAL		91
§	Nota Introdutória ao Capítulo III	92
1.	O Conceito de “Era digital”	92
2.	A justiça na Sociedade Digital	94
3.	A prova digital e os novos desafios para o Direito	96
3.1.	Conceito de prova digital	100
3.2.	Princípios subjacentes à prova digital	102
3.3.	Das dificuldades na natureza da prova digital	104

4.	O surgimento da prova digital e as suas derivações	107
4.1.	Da prova documental, visual ou sonora, produzida pelo Skype	108
4.2.	A mensagem de correio eletrônico	108
4.3.	O ficheiro informático	109
4.4.	O printscreen	109
4.5.	Da prova documental, visual ou sonora, produzida pelas redes sociais, plataformas digitais, hangouts e Whatsapp	111
4.6.	A fotografia digital, a gravação vídeo digital e a gravação áudio digital	111
5.	A contratação eletrónica e a assinatura digital	112
CAPÍTULO IV – TEORIA GERAL DA PROVA DIGITAL		
	NO PROCESSO JUDICIAL	117
§	Nota Introdutória ao Capítulo IV	118
1.	A tutela do direito pelo direito processual civil e a importância da prova digital na atualidade	119
2.	Do direito substantivo e processual civil aplicados, concretamente, à prova digital	127
2.1.	Dos princípios norteadores do processo civil em matéria probatória, em concreto, do digital	127
2.2.	Da prova e modos de prova digital a tipificar no processo civil	130
2.3.	Disposições que indiciam a (in)admissibilidade ou limitação da prova digital	133
2.4.	Da tramitação do processo judicial civil como uma necessária evolução digital: a preocupação na segurança da prova digital e o acautelar do seu desaparecimento	135
2.5.	Da produção de prova digital	139
2.6.	A força probatória, a livre convicção do julgador e a sua relação com o fim do processo	139
3.	Das questões da prova digital no processo civil na ótica jurisprudencial	141
4.	Da influência do processo civil nos restantes ramos do direito, em particular, o direito do consumo	145

5.	Da insegurança da prova digital e modos de criação de uma teoria geral da prova digital que a permita mais próxima da segurança, fiabilidade e vinculação: discussão e indagação	145
5.1.	Dos problemas suscitados	148
5.3.	A blockchain como meio de prova e como via de tramitação eletrónica de atos processuais e a criação da obrigatoriedade de introdução da prova digital, em fase de saneamento, em sistemas de decomposição informática da prova	151
5.4.	A inversão do ónus da prova	156
5.5.	A exigibilidade (obrigatória) de inspeção judicial	156
6.	Soluções indagadas	157
6.1.	Soluções ao nível da tramitação eletrónica dos processos judiciais	159
6.2.	Soluções ao nível da gestão da vida eletrónico-digital nas livres relações comerciais, laborais e de consumo	160
6.3.	Soluções ao nível da prova, extrajudicial, na visão e na ótica da alteração da sua força probatória	161
6.4.	Da tramitação concreta do processo e da produção dos meios de prova	162
6.4.1.	Da segurança da junção de prova aos autos	171
6.4.2.	Da segurança ao nível da produção de prova nos autos: o caso específico dos meios de prova digitais	172
CONCLUSÕES DO ESTUDO		
	Da criação de uma teoria geral da prova digital: do ónus da prova, às exigências para um melhor, e mais fiável, tratamento da prova digital	183
BIBLIOGRAFIA		
JURISPRUDÊNCIA		
	Supremo Tribunal de Justiça (STJ)	217
	Tribunais da Relação	219
	Tribunal Europeu dos Direitos Humanos	220
	Tribunal Constitucional	220
SOBRE A AUTORA		
221		